

ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONSELHO DE CLASSE: A EXPERIÊNCIA DO *CAMPUS* SÃO SEBASTIÃO

OPERATION OF THE PEDAGOGICAL COORDINATION IN THE CLASS COUNCIL: THE EXPERIENCE OF SÃO SEBASTIÃO *CAMPUS*

Blenda Cavalcante de Oliveira – Instituto Federal de Brasília – blenda.oliveira@ifb.edu.br

Resumo: O Conselho de Classe é considerado atualmente uma instância colegiada, participativa e deliberativa que trata de assuntos pedagógicos relacionados às questões de ensino e aprendizagem. No Instituto Federal de Brasília (IFB), as reuniões dos Conselhos agregam equipe multidisciplinar formada por professores das diversas áreas, representantes discentes, coordenadores de cursos e equipe técnica. A coordenação pedagógica tem a função de presidir os Conselhos de Classe, realizar os registros e sugerir encaminhamentos para os assuntos levantados. Este artigo apresenta os resultados da participação da coordenação pedagógica nas práticas de formação docente que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do IFB, especialmente no *Campus* São Sebastião. Por participar de todos os Conselhos do *Campus* e registrá-los, a coordenação pedagógica tem uma visão ampla das situações recorrentes e dos problemas apresentados. A partir das demandas apontadas, ela pode, portanto, pensar em soluções, fazer encaminhamentos e subsidiar a organização da formação pedagógica continuada para docentes do *Campus*. Com base em uma observação participante e análise dos registros feitos ao longo do processo, foi possível perceber a necessidade de ampliação das reuniões dos Conselhos de Classe para os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do *Campus* São Sebastião. O engajamento dos docentes e discentes nos Conselhos foi afetado positivamente a partir do desenvolvimento e uso dos instrumentos pré-conselho, que são ferramentas produzidas pela coordenação pedagógica em conjunto com o corpo docente, visando à participação discente. A partir dos registros e encaminhamentos, a coordenação pedagógica propôs ações com o objetivo de contribuir para a melhoria do processo didático-pedagógico no *Campus*.

Palavras-chave: Conselho de Classe, gestão, formação docente, coordenação pedagógica.

Abstract: The class council is currently considered a participatory and deliberative collegiate body that deals with matters of education, primarily about teaching and learning issues. At the Federal Institute of Brasília (IFB), the council meetings aggregate a team of teachers from various areas, student representatives, course coordinators and technical staff. The pedagogical coordination is charged of managing the class councils, keeping records and suggesting actions for the issues discussed. This article presents the results of the pedagogical coordination involvement in the teacher formation practices developed at IFB, especially in the São Sebastião *Campus*. Because of the participation and recording of every council of that *campus*, the pedagogical coordination has a wide perspective of the recurring situations and presented issues. Therefore, the coordination is able to search for solutions, make referrals and organize a continued teaching training program to the *Campus* teachers. Based on participant observation and record analysis, it was observed the necessity of expansion of the class council meetings to the Initial and Continuing Education (FIC) courses of the *Campus*. Teachers and students' engagement during the meetings was positively affected by the development and use of pre-meeting instruments, tools produced by the pedagogical coordination with teachers, intending students participation. Based on the records and referrals, the pedagogical coordination has proposed actions intending to assist the improvement of the teaching-learning process at the *Campus*.

Keywords: class council, management, teacher training, pedagogical coordination.

INTRODUÇÃO

A origem do Conselho de Classe remonta à década de 1940, na França, com o objetivo da realização de um trabalho interdisciplinar no âmbito escolar. Essa experiência educativa foi trazida para o Brasil na década de 1950, no contexto do escolanovismo, e se tornou oficial a partir da década de 1970, sendo que os conselhos de classe como instâncias avaliativas da aprendizagem dos alunos seriam normatizados pelos regimentos das instituições educacionais (ROCHA, 1989 apud DALBEN, 2010). Desse modo, cada escola tem um tipo de organização do Conselho de Classe.

O Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio (RET) é o documento que normatiza o Conselho de Classe do Instituto Federal de Brasília (IFB) e afirma que este corresponde a “[...] um espaço privilegiado de discussão, reflexão e deliberação sobre as questões pedagógicas da turma, por meio do qual se obtém uma visão integral do desenvolvimento do aluno e das turmas, com o intuito de reorientar a prática educativa” (IFB, 2013, p. 35).

Trata-se, portanto, de uma instância colegiada na qual atuam professores de diversos componentes curriculares de uma mesma turma, em conjunto com a equipe técnica, coordenação pedagógica, coordenadores de curso e representantes discentes. A equipe técnica é composta pelo coordenador de assistência estudantil, pela coordenadora de registro acadêmico e pela diretora de ensino ou coordenadora geral de ensino. A coordenação pedagógica do IFB é composta por apenas um profissional. No caso do *Campus* São Sebastião, trata-se de uma professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) com graduação em pedagogia.

Nesse contexto, a coordenação pedagógica assume um papel importante ao presidir as reuniões dos Conselhos de Classe, buscando garantir que as atribuições de cada uma de suas reuniões – inicial, intermediária ou final, conforme o RET/IFB – sejam seguidas. De acordo com Pizoli (2009, p. 6914):

Para que o Conselho de Classe se aproxime da sua real função, que é proporcionar crescimento intelectual para os alunos com dificuldades, é necessário que a discussão esteja voltada para a avaliação do trabalho pedagógico, visando à recondução das ações pedagógicas de forma planejada.

Ou seja, além disso, a presidência do Conselho deve orientar e estimular a participação de todos os membros presentes, garantindo e respeitando a fala, registrando as principais intervenções e, principalmente, sugerindo encaminhamentos. A finalidade é reorientar a prática

educativa no sentido de indicar caminhos que busquem a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Sobre o Conselho de Classe, Dalben (2004, p. 16) afirma que ele “[...] guarda em si a responsabilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo a avaliação da aprendizagem e do ensino, eixos centrais do trabalho escolar”, sem os quais as instituições educacionais não teriam razão de ser. Os processos de ensino e aprendizagem, portanto, devem ser analisados e conduzidos na busca do sucesso escolar dos estudantes, por meio da organização do trabalho pedagógico de toda a equipe educativa, especialmente dos docentes.

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de gestão que funciona como um espaço de avaliação dos alunos e do desempenho da própria instituição educacional. Essa avaliação se fundamenta em uma perspectiva mediadora que está “[...] a serviço da aprendizagem do aluno, da formação, da promoção da cidadania” (HOFFMANN, 2001, p. 24). Ou seja, trata-se de uma avaliação que busca subsidiar os professores e a escola na busca de melhorias do processo de ensino e aprendizagem.

A partir das análises realizadas durante os Conselhos de Classe, é possível, então, efetivar encaminhamentos visando à melhoria da prática pedagógica. O Conselho de Classe também atua no campo da administração da instituição de ensino, na medida em que pode propor mudanças na organização da unidade escolar com o objetivo de alcançar a melhoria das ações de ensino e aprendizagem dos professores e estudantes.

A Lei nº 9.394 de 1996, que oferece as diretrizes e bases da educação nacional, preconiza a participação de toda a comunidade escolar por meio da gestão democrática. Dessa maneira:

Pensar o Conselho de Classe não somente como órgão colegiado de análise instrumental e necessária, mas possibilidade e reflexão do que está faltando para avançar tanto na ação pedagógica do professor quanto na relação do aluno com as avaliações é ressignificar a ação coletiva em cada unidade escolar. Uma gestão democrática que possibilite a utilização do Conselho de Classe como mecanismo para retrabalhar os índices das avaliações escolares, torna-se a referência fundamental para que o aluno avance em seu ensino-aprendizagem e na qualidade da educação. (SANTOS, 2010, p. 309).

O Conselho de Classe, portanto, é um ambiente interdisciplinar, pois todos os professores da turma se reúnem em um mesmo espaço-tempo para discutir os assuntos pertinentes aos estudantes daquele módulo/ semestre.

A coordenadora pedagógica, no âmbito do *Campus* São Sebastião do IFB, participa de todas as reuniões de cada um dos cursos, fazendo com que se adquira uma visão ampla da totalidade, dos problemas que são recorrentes e das soluções e propostas feitas pelos professores para diferentes situações de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a coordenadora pedagógica pode atuar como um elo entre os docentes das turmas e, em conjunto com a equipe técnica e as coordenadoras dos cursos subsequentes aqui analisados, propor melhorias que afetem a coletividade.

OBJETIVOS

Considerando o Conselho de Classe como uma instância participativa, deliberativa e gerencial, este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da participação da coordenadora pedagógica do *Campus* São Sebastião do Instituto Federal de Brasília nas práticas de formação docente que lá vêm sendo desenvolvidas. Nesse local, a cultura da avaliação escolar e a gestão do trabalho pedagógico estão sendo construídas e aprimoradas entre várias instâncias, principalmente nos Conselhos de Classe que ocorrem durante o ano, seguindo o calendário acadêmico proposto.

O calendário acadêmico do *Campus* São Sebastião é definido de acordo com as normas educacionais nacionais e regimentos internos, e é confeccionado e aprovado em conjunto com a equipe pedagógica e docente. As datas das reuniões dos Conselhos de Classe dos cursos oferecidos pelo *Campus* constam no calendário em destaque. Dessa maneira, todos os envolvidos podem se organizar para levar as questões de sala de aula para essa instância colegiada.

O Conselho de Classe no *Campus* São Sebastião funciona, então, como uma ação orientadora das atividades da coordenadora pedagógica que, a partir dos pontos levantados nas reuniões dos Conselhos, organiza e prevê momentos de planejamento e estudo junto ao corpo docente.

Conforme Pizoli (2009, p. 6912), há a “[...] necessidade de reorganizar o Conselho de Classe em momentos de preparação e de execução, com ações distintas para professores, alunos e pais”. Antes das reuniões do Conselho de Classe, para que essa ação resulte nos objetivos propostos, a coordenadora pedagógica do *Campus* organiza toda a estrutura de apoio – desde questões burocráticas e administrativas (tais como reserva de salas, listas de presença, organização de cronogramas, convocações), até informes aos professores conselheiros e organização dos instrumentos pré-conselho, que nortearão a participação nas reuniões.

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O CONSELHO DE CLASSE

O Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio do Instituto Federal de Brasília (2013, p. 30), considera, em seu artigo 70, que “A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo professores e alunos, bem como as práticas globais do processo educativo”. Entende-se que haverá prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos com o objetivo de ajustar o ensino à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos dos cursos de nível técnico oferecidos pelo IFB.

O artigo 55 do Estatuto do IFB (2011, p. 15) trata sobre o ensino e afirma que o currículo, no Instituto:

[...] está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), e se norteia pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política de igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação e tecnologia.

Todas essas normas orientam a concepção de avaliação entendida pelo IFB no sentido de promover a aprendizagem e também embasam os projetos curriculares dos Cursos Técnicos Subsequentes oferecidos pelo *Campus* São Sebastião. A concepção de avaliação do Instituto indica o caminho a ser seguido pelo corpo docente e equipes técnicas que apoiam o trabalho docente.

Para alcançar os objetivos aqui propostos, é necessário refletir sobre a ação da coordenadora pedagógica no âmbito do Conselho de Classe e sobre os seus desdobramentos na formação docente. Essa análise se fundamentou nos instrumentos pré-conselho preenchidos pelas turmas e nos registros feitos a cada reunião dos Conselhos de Classe. Esses registros são anotações sistemáticas das reuniões e contêm as opiniões relatadas por professores e estudantes, além da equipe técnica. As considerações feitas aqui partiram também da observação participante realizada no decorrer do primeiro semestre de 2014 no *Campus* São Sebastião do IFB.

A observação participante “[...] pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 71). Uma vez que a coordenadora pedagógica já

é parte do grupo, inclusive como docente, a observação e os registros se tornam intrínsecos ao processo.

O *Campus* São Sebastião realiza três reuniões de Conselhos de Classe por semestre, a saber: Conselho Inicial, Conselho Intermediário e Conselho Final. Cada uma dessas reuniões é orientada pelo Regimento do Ensino Técnico do IFB, que determina o foco de cada momento.

Todas as reuniões do Conselho de Classe devem, entre outros assuntos:

I – levantar as dificuldades da turma quanto à aprendizagem e relações interpessoais;

II – deliberar sobre medidas pedagógicas, visando superar dificuldades de aprendizagem;

III – verificar a necessidade de readequar a organização do trabalho pedagógico, buscando aperfeiçoamento da prática pedagógica, sugerindo alternativas, metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes na condução do processo de ensino-aprendizagem; [...] (IFB, 2013, p. 36).

Fica evidente a questão de que o Conselho de Classe, muito mais do que o cumprimento de uma instância burocrática, exige dos professores uma nova postura. Faz-se necessário um olhar da totalidade apresentada e deve-se buscar um trabalho interdisciplinar em conjunto com a coordenadora pedagógica, coordenadoras de curso, equipe técnica e demais membros do corpo docente. Os comentários, sugestões e até mesmo as críticas e encaminhamentos dados nos Conselhos de Classe não podem permanecer apenas como registros de um processo. Visando à aprendizagem dos alunos e considerando os dados levantados e analisados na busca da reorientação de práticas educativas, é preciso refletir e agir sobre esses pontos.

RESULTADOS

O Conselho de Classe pode servir como ponto de partida para as mudanças que se fazem necessárias nas instituições educacionais. Para Lora e Szymanski (2008, p. 2):

O Conselho de Classe tem sido um instrumento de julgamento subjetivo do aluno, espaço em que se faz uma confirmação de impressões sobre os resultados obtidos por ele, deixando de lado outras questões pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, o Conselho de Classe não tem o objetivo de ser um espaço para juízos de valor, mas um lócus privilegiado de reflexão e discussão. Estas se fundamentam na organização do trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes em conjunto com os estudantes, numa parceria institucional e à luz da proposta político-pedagógica da unidade educativa.

O Conselho de Classe não trata de reforçar estereótipos a respeito do fracasso escolar de alunos e professores, mas de utilizar essa instância formalmente constituída com o objetivo de subsidiar a construção da aprendizagem com a tomada reflexiva de decisões. No Conselho, o aluno é sujeito do seu processo de aprendizagem, contribuindo com sua visão, representando a turma e trazendo à tona as questões levantadas pelos seus pares. Para tanto, é preciso que ele se envolva crítica e reflexivamente a partir da organização dos instrumentos pré-conselho.

A ação da coordenadora pedagógica inicia-se, então, na articulação com a coordenadora geral de ensino do *Campus* e com a eleição dos professores conselheiros de cada uma das turmas. A figura do professor conselheiro atua como interlocutor das necessidades e dificuldades da turma com o IFB. Cada turma de todos os cursos oferecidos pelo *Campus* elege um professor conselheiro ou uma professora conselheira, que deve obrigatoriamente participar das reuniões do Conselho de Classe.

Os professores conselheiros são orientados previamente pela coordenadora pedagógica do *Campus* São Sebastião sobre suas atividades com os alunos, entre as quais está a aplicação dos instrumentos pré-conselho. Antes de cada reunião do Conselho de Classe, os professores conselheiros devem conversar com a sua turma sobre a importância desse momento de participação com os alunos. O professor conselheiro também pode ceder um espaço de sua aula para que o representante e o vice-representante discentes possam conversar com seus pares a respeito das questões que serão discutidas no Conselho.

O instrumento pré-conselho a que nos referimos aqui foi desenvolvido no âmbito do IFB em parceria com os demais coordenadores pedagógicos dos diversos *campi* que constituem o Instituto Federal de Brasília. Trata-se de um instrumento em fase de construção e teste que vem sendo aperfeiçoado para atingir os objetivos propostos para as reuniões do Conselho. Tal instrumento nada mais é que um questionário com perguntas diferenciadas para cada reunião dos Conselhos de Classe (Inicial, Intermediário e Final). Ele permite que os estudantes falem sobre suas dificuldades, pontos positivos e negativos do andamento dos cursos, e que façam sugestões para melhorias e para o acompanhamento do rendimento da turma. Esse instrumento também trata das relações interpessoais entre aluno-aluno e aluno-professor.

O desenvolvimento dos instrumentos pré-conselho aconteceu no *Campus* São Sebastião em 2014 por uma ação da coordenadora pedagógica junto ao corpo docente, que sugeriu e validou as questões dos documentos que precedem cada uma das reuniões dos Conselhos.

O uso desse instrumento tem servido para orientar a fala dos estudantes durante as reuniões. Nesse processo de avaliação:

Os alunos precisam sentir-se sujeito da educação, participantes, apontando ideias e sugestões, tornando a sala de aula um espaço dialógico entre eles e os professores, possibilitando mudanças que interfiram no cotidiano da escola. (SANTOS, 2010, p. 300).

O Regimento do IFB prevê a participação do aluno como não obrigatória no Conselho de Classe, e esse fato dá ainda mais importância ao instrumento pré-conselho, visto que, diante de uma ausência do representante discente, ele ainda assim terá voz por meio do documento que o professor conselheiro leva para a reunião.

Os professores conselheiros, após as reuniões de cada classe, têm como uma de suas obrigações levar de volta à turma os encaminhamentos que foram dados, pois os alunos não participam de toda a reunião do Conselho. O Regimento prevê a participação dos estudantes até um dado momento. A questão que se coloca aqui, portanto, não é a participação, mas a qualidade dessa participação, que é incentivada pelo instrumento pré-conselho.

Como resultado de toda essa organização, o *Campus* São Sebastião vem apresentando reuniões de Conselho de Classe com a participação de discentes e docentes. Com algumas exceções, as reuniões têm estado com as equipes completas, incluindo os docentes das turmas, as coordenadoras de curso e a equipe técnica.

Os resultados de cada um dos Conselhos são compartilhados com todo o *Campus* por meio de um relatório organizado e consolidado por cursos e turmas. Isso faz com que professores, equipe técnica e equipe pedagógica possam ter acesso ao documento formatado pela coordenadora, que preside os Conselhos, registra, faz ou acata os encaminhamentos sugeridos por docentes, discentes e equipe técnica.

A partir desses encaminhamentos, o *Campus* São Sebastião, em conjunto com a coordenadora pedagógica, pensa as ações futuras de modo a sanar as principais dificuldades apresentadas pelos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Essas ações resultam em palestras de convidados sobre temas levantados durante os Conselhos, cursos de formação, orientações aos alunos, entre outras ações educativas.

Outro ganho que o *Campus* adquiriu no andamento dessa atividade foi a solicitação para que os demais cursos, e não somente os cursos técnicos, também realizassem reuniões de Conselho de Classe. Esse é um fato novo, visto que somente há a exigência dessa reunião para os cursos técnicos. Em 2014 foram realizadas reuniões do Conselho de Classe tanto para os Cursos de FIC de Auxiliar Administrativo e Cuidador de Idosos quanto para os Cursos Técnicos Subsequentes em Secretariado e Secretaria Escolar.

Certamente que, no caso dos Cursos FIC, o Conselho de Classe não tem exatamente as mesmas finalidades que constam no RET em relação aos cursos técnicos, pois cada curso possui suas especificidades e graus de formação diferenciados. Nesses casos, as reuniões são conduzidas da mesma maneira – eleição de professores conselheiros, representantes discentes e aplicação dos instrumentos pré-conselho – e o ganho pedagógico tem se mostrado válido para a manutenção dessa prática.

Os Conselhos de Classe têm se mostrado como o momento em que os professores de várias áreas encontram a oportunidade de se reunir e discutir as suas práticas e as dificuldades da turma. Os representantes discentes podem expressar suas opiniões sobre o andamento do curso e o encaminhamento de ações que necessitem de análises coletivas, especialmente aquelas voltadas para a aprendizagem dos alunos.

Durante os Conselhos e a partir da análise dos relatórios consolidados, ficou claro que os estudantes dos cursos técnicos, por exemplo, gostariam de realizar mais visitas técnicas e atividades práticas durante as aulas. Essas considerações foram discutidas em conjunto, nos colegiados, com docentes, coordenadora pedagógica, coordenadoras de curso, direção de ensino e coordenadora geral de ensino. Tinha-se por meta reorganizar as práticas docentes para que incluíssem, no planejamento das aulas, atividades práticas relacionadas à formação profissional, bem como visitas técnicas de caráter didático, cultural e formativo para os estudantes.

Durante o Conselho de Classe Final ocorrido ainda no primeiro semestre de 2014, ficou evidente, em todos os cursos, a necessidade de realização de um trabalho conjunto e interdisciplinar que envolvesse todos os docentes no sentido de trabalhar as questões voltadas para a atitude dos alunos. Tinha-se por objetivo aprender a estudar, melhorar as relações interpessoais entre docentes e discentes e, principalmente, perceber que a postura adotada enquanto estudante significaria um avanço também na formação profissional que todos estavam recebendo no *Campus*.

O resultado foi a efetivação de “Oficinas Vivenciais” no Curso Técnico em Secretaria Escolar, no qual o colegiado de professores considerou importante – a partir da análise dos relatórios e das reflexões realizadas durante os Conselhos

de Classe do referido curso – trabalhar questões como as atitudes necessárias aos estudantes; entre elas o compromisso com os estudos, a necessidade de realização dos acordos de convivência em todas as turmas e a reflexão sobre questões de relacionamento interpessoal.

O próximo passo é discutir o andamento dessas atividades e, em comum acordo com o corpo docente, expandir essa ação para os demais cursos do *Campus* São Sebastião em uma ação conjunta da coordenadora pedagógica com as coordenadoras dos Cursos Técnicos Subsequentes e a equipe técnica.

Essas Oficinas Vivenciais partiram de um momento anterior de reflexão dos professores, pois no início do semestre foi realizado o planejamento pedagógico, atividade semelhante à semana pedagógica e organizada pela coordenadora e pelas coordenações de curso, com vistas à formação docente em serviço.

O planejamento pedagógico do segundo semestre de 2014 foi inteiramente amparado na análise dos relatórios consolidados com os resultados dos encaminhamentos feitos por alunos e professores no Conselho de Classe Final do semestre anterior. Durante esse planejamento, com duração de dois dias, os professores tiveram a oportunidade de, em um primeiro momento, estudar temas relativos ao fazer pedagógico no que se refere à construção de competências. Em seguida, os professores puderam refletir e propor soluções para questões e encaminhamentos que haviam sido registrados nas reuniões finais dos Conselhos de Classe. Foi possível perceber também o início da realização de atividades interdisciplinares entre os professores de diferentes componentes curriculares, buscando relacionar os conteúdos e até mesmo as avaliações aplicadas.

O planejamento pedagógico correspondeu a um momento interdisciplinar orientado na construção de atividades em que houvesse a intenção de resolver as questões de ensino-aprendizagem, relacionamento interpessoal e atitudes profissionais e questões relativas ao estudante.

CONCLUSÕES

O Conselho de Classe, como parte do processo avaliativo, não é um fim em si mesmo, mas um momento de reflexão do corpo docente e da equipe pedagógica voltado para a proposição de ações. No apoio ao trabalho pedagógico docente, atua como um norte para orientar futuras ações da coordenadora pedagógica, das coordenações de curso e da equipe técnica. As reuniões dos Conselhos de Classe funcionam como um registro importante sobre o andamento das ações pedagógicas e administrativas do *Campus*,

podendo influenciar a gestão e propor mudanças no andamento das ações de cunho educacional, além de buscar contribuir para a melhoria do processo didático-pedagógico.

O *Campus* São Sebastião tem adotado esse posicionamento, pois – a partir dos registros sistemáticos de cada reunião e compartilhamentos feitos nos Conselhos de Classe – a coordenadora pedagógica tem buscado orientar o trabalho docente e contribuir para a formação pedagógica continuada dos professores do *Campus*. Isso se dá em conjunto com a equipe técnica e coordenações de curso, de acordo com as necessidades apresentadas. Essa formação continuada tem ocorrido em momentos específicos com a proposição de temas para estudo e discussão, principalmente nos encontros de planejamento pedagógico e nas reuniões de colegiado.

Essa observação foi realizada no período de 2014 e, atualmente, o *Campus* São Sebastião se encontra no momento de escrita do seu próprio Projeto Político Pedagógico. Esse documento é mais específico que o Projeto Pedagógico Institucional do IFB e passa por um processo de reavaliação dos instrumentos pré-conselho e da própria organização do Conselho de Classe. A avaliação do desenvolvimento do próprio trabalho é uma etapa importante no processo de amadurecimento do corpo docente e da equipe técnica na busca pelo objetivo final de práticas pedagógicas que possam contribuir com o processo de construção de uma educação de qualidade.

O Conselho de Classe, para além de uma exigência burocrática que deve ser cumprida, busca garantir a qualidade da avaliação e do processo educativo. É preciso cumprir as etapas com a devida seriedade, empenho didático-pedagógico, visão de gestão, e avaliação e proposição de soluções.

REFERÊNCIAS

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **EM TESE**: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFS, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

DALBEN, A. I. L. F. **Conselho de Classe e Avaliação:** perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas: Papirus, 2004.

_____. **Conselho de Classe.** In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio.** RESOLUÇÃO N.º 010-2013/CS – IFB. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/4298_010_Alteração%20do%20RET_resolução20014_2012%20\(2\).pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/4298_010_Alteração%20do%20RET_resolução20014_2012%20(2).pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2014.

_____. **Estatuto IFB.** Aprovado pelo D.O.U nº 168, de 02 de setembro de 2009, e alterado conforme 7ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada em 21 de junho de 2011. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/3455_Estatuto_IFB_.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

LORA, A. A.; SZYMANSKI, M. L. Conselho de Classe: avaliação coletiva do trabalho ou julgamento subjetivo do aluno? In: 1º SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – XX SEMANA PEDAGOGIA. Pedagogia. **Anais...** Cascavel: Unioeste, 2008.

PIZOLI, R. C. A Função do Conselho De Classe na Organização do Trabalho Pedagógico Escolar. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009.

SANTOS, A. P. Aluno sujeito da avaliação: Conselho de Classe participativo como instância de reflexão. **Roteiro.** Joaçaba, v. 35, n. 2, p. 299-318, jul./dez. 2010.

Recebido em: 13/08/2014

Aceito em: 05/05/2015